



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região

Recurso Ordinário Trabalhista 0000697-88.2025.5.18.0011

Relator: ELVECIO MOURA DOS SANTOS

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 29/08/2025

Valor da causa: R\$ 82.080,00

Partes:

RECORRENTE: ----- ADVOGADO: GUILHERME ALCANTARA DE JESUS ADVOGADO:
ARTHUR FRAGA GUIMARAES **RECORRENTE:** ----- ADVOGADO: FABRICIO DE MELO
BARCELOS COSTA **RECORRIDO:** ----- ADVOGADO: GUILHERME ALCANTARA DE JESUS
ADVOGADO: ARTHUR FRAGA GUIMARAES **RECORRIDO:** -----



PAGINA_CAPA_PROCESSO_PJEADVOGADO: FABRICIO DE MELO
BARCELOS COSTA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

3ª TURMA

PROCESSO TRT - ROT - 0000697-88.2025.5.18.0011

RELATOR : DESEMBARGADOR ELVECIO MOURA DOS SANTOS

RECORRENTE : 1. -----

ADVOGADO : FABRICIO DE MELO BARCELOS COSTA

RECORRENTE : 2. -----

ADVOGADO(S) : ARTHUR FRAGA GUIMARAES e GUILHERME ALCANTARA DE JESUS

ORIGEM : 11ª VARA DO TRABALHO DE GOIANIA

JUIZ : VIVIANE PEREIRA DE FREITAS

EMENTA

TELETRABALHO. POSSIBILIDADE DE CONTROLE DE JORNADA. HORAS EXTRAS DEVIDAS. O fato de trabalhar em regime de teletrabalho, por si só, não exclui o empregado do capítulo da CLT que trata da duração do trabalho, pois para afastar tal direito deve restar provada a impossibilidade do controle de jornada e sua fiscalização, conforme se extrai do art. 62 da CLT. Provado que a empregada estava sujeita a jornada de trabalho controlada pela empresa, impõe-se o reconhecimento do direito ao recebimento das horas extras por ela prestadas. Recurso da Reclamada a que se nega provimento, no particular.

RELATÓRIO

Trata-se de Recursos Ordinários interpostos pela Reclamada (ID 3e00de0) e pela Reclamante (ID 3a7201c) em face da r. sentença (ID afdd92a) proferida pela MM. Juíza Viviane Pereira de Freitas, que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial.

ID. 6c2092f - Pág. 1

Regularmente intimadas, apenas a Reclamante apresentou contrarrazões (ID d98db95).

Os autos não foram enviados ao Ministério Público do Trabalho, conforme disposição regimental.

É o relatório.

Assinado eletronicamente por: ELVECIO MOURA DOS SANTOS - 17/12/2025 10:23:45 - 6c2092f
<https://pje.trt18.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25112510534217100000031909740>
Número do processo: 0000697-88.2025.5.18.0011
Número do documento: 25112510534217100000031909740



VOTO

ADMISSIBILIDADE

Não conheço do pleito subsidiário patronal de dedução das horas extras pagas e exclusão de eventuais períodos de afastamento, por falta de interesse, tendo em vista que a MM. Juíza de origem assim já determinou (fls. 459).

Atento aos pressupostos processuais de admissibilidade, conheço, em parte, do recurso interposto pela Reclamada e integralmente do recurso interposto pela Reclamante.

Conheço das respectivas contrarrazões.

PRELIMINARMENTE

DA SUPOSTA INÉPCIA DA INICIAL. ALEGADA LIQUIDAÇÃO GENÉRICA DO PEDIDO (RECURSO DA RECLAMADA)

ID. 6c2092f - Pág. 2

A Reclamada insurge-se contra a r. sentença que rejeitou a preliminar de inépcia da inicial. Alega que a Autora teria apresentado liquidação genérica, com pedidos complexivos, não individualizados, o que teria dificultado a sua defesa.

Sustenta que "deve ser acolhida a INÉPCIA da exordial por ausência de



liquidação dos pedidos e/ou apresentação de pedidos pelo autor de forma complexiva, não individualizada, impedindo a correta liquidação das parcelas pretendidas, o que não reflete o valor dos pedidos na exordial, inclusive dificultando a defesa, uma vez que não discriminados corretamente os pedidos e reflexos pretendidos".

Sem razão.

O Processo do Trabalho é norteado pelos princípios da simplicidade e economia processuais, não apresentando as mesmas formalidades do Processo Civil no que concerne aos requisitos para elaboração da petição inicial. Assim, o art. 840, § 1º, da CLT, exige apenas uma "breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor".

Na hipótese, observa-se da petição inicial que o pedido é certo e determinado, com indicação do valor e dos respectivos reflexos postulados (fls. 22/23), como dispõe o art. 840, §1º, da CLT, não havendo que se falar em liquidação genérica.

A defesa apresentada pela Reclamada demonstra que a parte compreendeu perfeitamente a pretensão deduzida em seu desfavor, afastando o alegado cerceamento de defesa.

Assim, considerando que a petição inicial atende aos requisitos do art. 840, § 1º, da CLT, inexistente inépcia a ser declarada.

Rejeito.

ID. 6c2092f - Pág. 3



MÉRITO

MATÉRIAS DO RECUSO DA RECLAMADA

DA JUSTIÇA GRATUITA

A Reclamada pugna pela reforma da r. sentença quanto ao deferimento dos benefícios da justiça gratuita à parte Reclamante, sob a alegação de que a Autora não preencheria os requisitos legais para tal concessão.

Sem razão.

No julgamento do IncJulgRREmbRep - 277-83.2020.5.09.0084, Tema nº 21, o Tribunal Pleno do TST definiu, sob a sistemática dos recursos repetitivos, que o benefício da justiça gratuita pode ser deferido, independentemente de pedido da parte, aos litigantes que percebem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Estabeleceu que, nos casos em que tal requisito objetivo não estiver presente, a declaração firmada pelo interessado é o bastante para o deferimento do benefício, conforme se extrai da tese firmada:

"I - independentemente de pedido da parte, o magistrado trabalhista tem o poderdever de conceder o benefício da justiça gratuita aos litigantes que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, conforme evidenciado nos autos;

II - o pedido de gratuidade de justiça, formulado por aquele que perceber saláriosuperior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, **pode ser instruído por documento particular firmado pelo interessado, nos termos da Lei nº 7.115/83, sob as penas do art. 299 do Código Penal;**

ID. 6c2092f - Pág. 4



III - havendo impugnação à pretensão pela parte contrária, acompanhada deprova, o juiz abrirá vista ao requerente do pedido de gratuidade de justiça, decidindo, após, o incidente (art. 99, § 2º, do CPC)".

Após o julgamento do Tema Repetitivo nº 21, IncJulgRREmbRep - 27783.2020.5.09.0084, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais tem proferido decisões no sentido de que a simples declaração de hipossuficiência econômica, quando não refutada por prova em contrário, é bastante para o deferimento do benefício da justiça gratuita, ainda que se trate de empregado que perceba remuneração superior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do RGPS, conforme se extrai dos seguintes precedentes:

(...) RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO PELA RECLAMANTE. JUSTIÇA GRATUITA. TEMA 21 DA TABELA DE IRR DO TST. A 5ª Turma deste TST, ao entender que, a partir da vigência da Lei nº 13.467/2017, para a concessão do benefício da gratuidade da justiça, exige-se não apenas a mera declaração de hipossuficiência econômica, mas, também, a efetiva comprovação da situação de insuficiência de recursos, a ser demonstrada pela parte reclamante, decidiu a controvérsia em desconformidade com a tese de natureza vinculante firmada pelo Tribunal Pleno desta Corte Superior ao apreciar o processo nº IncJulgRREmbRep-277-83.2020.5.09.0084 (Tema 21 da Tabela de Recursos Repetitivos), de modo a impor a reforma do acórdão embargado. Recurso de embargos conhecido e provido. (Ag-Emb-EDCiv-Ag-RRAg-69-14.2020.5.09.0662, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 22/08/2025).

EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA COM AGRAVO. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO FIRMADO PELO TRIBUNAL PLENO DO TST NO JULGAMENTO DO IncJulgRREmbRep-277-83.2020.5.09.0084. Discutem-se os requisitos para a concessão do benefício da justiça gratuita, em ações ajuizadas após a entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017, tendo em vista o disposto no art. 790, § 3º e § 4º, da CLT. O Tribunal Pleno do TST, no julgamento do IncJulgRREmbRep - 277-83.2020.5.09.0084, ocorrido em 14/10/2024, sob a sistemática dos recursos repetitivos, decidiu que a mera declaração de insuficiência de recursos viabiliza a concessão da gratuidade de justiça. Assim, por disciplina judiciária e diante do dever de os Tribunais uniformizarem sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente (art. 926



do CPC), adota-se a tese firmada pelo Tribunal Pleno do TST. Na hipótese vertente, a Parte Reclamante juntou declaração de hipossuficiência econômica e não se depreende, da leitura do acórdão embargado, qualquer prova em sentido contrário. Assim, constata-se que a decisão foi proferida em dissonância com o entendimento vinculante desta Corte Superior. Recurso de Embargos conhecido e provido. (Emb-Ag-RRAg-10943-72.2018.5.18.0017, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 29/08/2025).

No caso, a Autora requereu os benefícios da justiça gratuita tanto em inicial (ID 80c1a37), quanto em declaração por ela assinada e juntada aos autos (ID 023c430), afirmando que não tem condições de arcar com as despesas do processo, sem prejuízo do seu sustento e o de sua família.

Assim, não existindo nestes autos provas que possam elidir o teor da referida declaração, a parte Reclamante faz jus aos benefícios da Justiça Gratuita.

Nego provimento.

DOS LIMITES DO PEDIDO

A Reclamada busca a reforma da sentença, a fim de que o montante da condenação seja limitado aos valores requeridos na inicial.

Com razão.

É certo que, no julgamento dos Embargos em Recurso de Revista 55536.2021.5.09.0024, da relatoria do Ministro Alberto Bastos Balazeiro, ocorrido em 30/11/2023, a SDI-1 do TST assentou o entendimento no sentido de que os valores atribuídos aos pedidos na petição inicial, ainda que sem nenhuma ressalva, não limitam a condenação.



O entendimento deste Relator também é de que o art. 840, §1º, da CLT deve ser interpretado sistematicamente, observando-se os postulados que informam a lógica processual nesta Justiça Especializada, daí se extraindo que os valores indicados pela parte Reclamante na exordial representam mera estimativa.

Não vejo como atribuir ao obreiro o encargo processual de, para ver deferida a integralidade das verbas a que realmente tem direito, liquidar com precisão cada um de seus pedidos na peça exordial.

Com efeito, há que se reconhecer a dificuldade que é para o trabalhador precisar os valores que eventualmente lhe são devidos. Além disso, não há como exigir do obreiro, representado ou não por advogado, a exatidão na indicação de valores, sobretudo porque necessitará dos documentos juntados com a defesa para que possa ter precisão do montante que entende devido.

Tudo não obstante, em 12/05/2025, o STF, em decisão da relatoria do Ministro Alexandre de Moraes, julgou procedente a Reclamação Constitucional nº 79.034, para cassar decisão do TST que afastava a aplicação do art. 840, §1º, da CLT, e reconhecia como meramente estimativos os valores atribuídos aos pedidos pela parte Autora na inicial.

Por esta razão, esta Turma alterou o entendimento até então adotado para seguir, por disciplina judiciária, o posicionamento manifestado pelo STF.

Ante o exposto, por uma questão de disciplina judiciária, curvo-me ao entendimento do STF, a fim de que os valores atribuídos aos pedidos apresentados pela parte Reclamante na inicial limitem a condenação.

Dou provimento.



DAS HORAS EXTRAS

ID. 6c2092f - Pág. 7

A MM. Juíza a *quo* condenou a Reclamada ao pagamento das horas extras excedentes da 8ª diária ou 40ª semanal, com adicional de 50% e reflexos, do período de 30/04/2020 a 05/11/2022.

A Reclamada insurge-se contra a condenação, alegando que "no período que o recorrido trabalhou em *home office*, este estava exercendo suas atividades em jornada externa e de teletrabalho, estando devidamente enquadrado na exceção do art. 62, I e III da CLT".

Assevera que "por causa da pandemia do covid-19, o teletrabalho/*home office* foi incluído pela MP nº 1.108, de 2022, nas modalidades incompatíveis com o controle de jornada do artigo 62, III, da CLT, e assim, segundo a lei, não tem direito às horas extras os trabalhadores nessa modalidade de trabalho que fazem tarefas por produção".

Aduz que "não havia qualquer hora suplementar realizada pelo Reclamante, o que se verifica pela completa ausência nos autos de qualquer comunicação dirigida pelo reclamante ao seu supervisor informando a realização de horas extras, tampouco qualquer ordem emanada pelo supervisor exigindo que o obreiro laborasse em sobrejornada quando não havia marcação de ponto".

Pede que "seja reformada a sentença para que seja julgado totalmente improcedentes os pedidos da exordial, não havendo falar em diferença no pagamento das horas extras".

Sem razão.

No particular, por comungar com o entendimento da MM. Juíza de origem, que



analisou corretamente a matéria, atento aos princípios da celeridade e economia processuais, adoto, com a devida vênia, os fundamentos lançados na r. sentença como razões de decidir, verbis:

ID. 6c2092f - Pág. 8

"No período entre o corte prescricional (30.4.2020) e o início da licençamaternidade da reclamante (5.11.2022, f. 304), em que pese os cartões de ponto indicarem que não houve controle de horários trabalhados, não prevalece a tese patronal de que a reclamante, por trabalhar em home office, não foi fiscalizada.

Conforme o depoimento da única testemunha ouvida em juízo, Sr. Octávio Augusto, que perpassou pelas mesmas condições de trabalho da reclamante e mantinha contato com a autora (e, por isso, o seu depoimento prevalece sobre a prova oral emprestada, f. 388 e 393), durante a pandemia os horários de trabalho eram controlados, mediante login e logout no sistema.

Segundo o testificante, o qual, inclusive, acionava a reclamante para resolver assuntos ligados à área de informática, os empregados deveriam ficar on-line no "TEAMS" durante a jornada de trabalho e era possível verificar os horários de entrada e saída no sistema. Registro, ainda, que a testemunha confirmou a narrativa obreira de que havia supressão do intervalo intrajornada.

Neste contexto, no período entre 30.4.2020 a 5.11.2022, reputo verdadeiras as jornadas de trabalho declinadas na exordial (f. 7 e 10), motivo pelo condeno ao pagamento, como extras, das horas trabalhadas após a 8ª diária ou 40ª semanal (f. 245), o que for mais benéfico. Julgo procedente.

Para fins de cálculo, observem-se os seguintes parâmetros: a evolução salarial, a Súmula 264 do TST, o divisor 200; o adicional de 50%, as jornadas de trabalho declinadas na exordial, a exclusão de eventuais períodos de afastamento, como

Assinado eletronicamente por: ELVECIO MOURA DOS SANTOS - 17/12/2025 10:23:45 - 6c2092f

<https://pje.trt18.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25112510534217100000031909740>

Número do processo: 0000697-88.2025.5.18.0011

Número do documento: 25112510534217100000031909740



férias e licenças, a exclusão de feriados (pois não mencionado labor nesses dias) e a dedução dos valores pagos a mesmo título (OJ 415 da SDI-I do TST).

Ante a habitualidade e a natureza salarial da parcela, condeno ao pagamento dos reflexos das horas extras em DSR (art. 7º, "a", Lei 605/49; Súmula 172 do TST), férias + 1/3 (art. 142, §5º, da CLT), 13º salários (Súmula 45 do TST) e FGTS + 40% (f. 23). Julgo procedente.

ID. 6c2092f - Pág. 9

Observe-se a OJ 394 da SDI-I do TST (IRR 9 do TST)".

Acrescente-se que não há falar na aplicação do § 3º do art. 75-B, da CLT, incluído pela MP 1.108/2022, convertida na Lei nº 14.442/2022, que afasta do controle de jornada os empregados em teletrabalho que prestam serviço por produção ou tarefa, porque não houve prova de que a prestação de serviços ocorreu sob tal modalidade, de modo que se presume o trabalho por jornada.

Nego provimento.

MATÉRIAS COMUNS A AMBOS OS RECURSOS

DO INTERVALO INTRAJORNADA

A MM. Juíza de primeiro grau condenou a Reclamada ao pagamento de 20 minutos a título de intervalo intrajornada, no período de 30/04/2020 a 05/11/2022.



A Reclamada postula o afastamento da condenação lhe imposta. Assevera que "no período da Pandemia, quando o recorrido laborou em teletrabalho, não estava submetido a qualquer tipo de controle de jornada, nos termos do aditivo mencionado em suas cláusulas 2^a" e que "o teletrabalho está incluído na exceção do regime de jornada de trabalho do artigo 62 da CLT".

Afirma que "não havia qualquer maneira da reclamada controlar a jornada dos trabalhadores que estavam em home office. Neste período, portanto, o reclamante estava enquadrado no art. 75-B, §3º da CLT e não submetido a qualquer controle de jornada. Por isso, não há que se falar em condenação".

Acrescenta que "no período de gestão ENEL, adotou a 'Flexibilização de Jornada', ou seja, o empregado pode optar por gozar de apenas 1 hora de intervalo intrajornada ao invés de 2 horas, assim poderia se desligar mais cedo do trabalho".

ID. 6c2092f - Pág. 10

Diz que a "recorrida nunca deixou de gozar do intervalo mínimo legal com no mínimo 1h de intervalo, de segunda à sexta-feira, inexistindo qualquer exigência de labor fora de sua jornada. Porém, como se tratava de trabalho sem controle de jornada, por óbvio a recorrida poderia fazer o horário que melhor assistia".

A seu turno, a Autora sustenta que "a sentença merece reforma no que tange ao intervalo intrajornada pactuado entre a Recorrida e a Recorrente, afinal a própria Recorrida apresentou documento (ficha cadastral) em que resta confirmado o intervalo intrajornada da autora como sendo das 12h00 às 14h00" e que "nos cartões de ponto jungidos aos autos também constam o intervalo entre 12h00 e 14h00".

Aduz que "a Recorrida jamais negou que o intervalo intrajornada do obreiro era de duas horas diárias, na contestação apenas foi afirmado que teria havido o gozo do intervalo, mas em momento algum foi negado que o intervalo seria de duas horas, tratando-se de ponto incontroverso nos autos".

Reitera que "a concessão a menor do intervalo intrajornada pactuado de duas

Assinado eletronicamente por: ELVECIO MOURA DOS SANTOS - 17/12/2025 10:23:45 - 6c2092f

<https://pje.trt18.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25112510534217100000031909740>

Número do processo: 0000697-88.2025.5.18.0011

Número do documento: 25112510534217100000031909740



horas acarreta no pagamento da diferença entre as duas horas totais e o período concedido".

Requer "seja reformada a sentença para que seja a Recorrida condenada ao pagamento de 01h20min (uma hora e vinte minutos) diários a título de intervalo intrajornada suprimido, uma vez que o intervalo gozado foi de apenas quarenta minutos e o intervalo pactuado era de duas horas".

Sem razão, ambas as Recorrentes.

Inicialmente, registro que, diversamente da alegação patronal, durante o período em que a Autora laborou em *home office*, havia controle de jornada mediante login e logout no sistema, conforme tratado em tópico anterior. Assim, não é o caso de afastamento do capítulo da CLT que trata da jornada de trabalho (art. 62, CLT).

ID. 6c2092f - Pág. 11

Não juntados os cartões de ponto que demonstrassem os horários relativos ao intervalo intrajornada (ainda que pré-assinalado), prevalece que a Reclamante fruía 40 minutos de intervalo intrajornada.

Prosseguindo, no tocante à insurgência obreira, entendo que, em que pese a pactuação do intervalo intrajornada com possibilidade de duração de 2 horas, tal fato, por si só, não assegura o direito de gozar a título de tempo intervalar o mencionado tempo

Com efeito, a norma constante do § 4º do art. 71, da CLT, visa dar efetividade a esse dispositivo do Texto Consolidado que, em última análise, traz norma de saúde e segurança do trabalho afeta ao repouso intrajornada, cujo descumprimento, quer para menos de 1 (uma) hora, quer para mais de 2 (duas) horas, enseja o pagamento do período suprimido ou acrescido, a título indenizatório.

Nesse sentido já decidiu esta 3ª Turma, ao analisar caso semelhante envolvendo a



mesma Reclamada, de que é exemplo o **ROT-0011931-19.2024.5.18.0006**, da **relatoria do Juiz Convocado Israel Brasil Adourian**, julgado em 10/10/2025, em que prevaleceu a divergência apresentada pelo Desor. Marcelo Nogueira Pedra.

Ante o exposto, confirmo a r. sentença que condenou a Reclamada ao pagamento de 20 minutos por dia laborado, a título de intervalo intrajornada, no período de 30/04/2020 a 05/11/2022.

Nego provimento a ambos os recursos.

DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA

A Reclamada postula o afastamento da sua condenação ao pagamento de honorários de sucumbência. Subsidiariamente, pugna pela redução da verba honorária a seu cargo para o patamar mínimo de 5%.

ID. 6c2092f - Pág. 12

A seu turno, a Reclamante pede a majoração dos honorários sucumbenciais devidos pela Reclamada para o percentual de 15%.

Sem razão, a Reclamada.

Com razão, a Reclamante.

Diante da existência de pedido inicial julgado procedente, correta a condenação

Assinado eletronicamente por: ELVECIO MOURA DOS SANTOS - 17/12/2025 10:23:45 - 6c2092f
<https://pje.trt18.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25112510534217100000031909740>
Número do processo: 0000697-88.2025.5.18.0011
Número do documento: 25112510534217100000031909740



da Reclamada no pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.

Quanto ao percentual dos honorários advocatícios devidos pela Reclamada, ante os critérios enumerados no art. 791-A, § 2º, da CLT, acolho o pleito obreiro e reformo a r. sentença para majorar o percentual de honorários sucumbenciais devidos aos patronos da Reclamante, de 10% para 15% sobre o valor da condenação, sem a dedução dos descontos fiscais e previdenciários (OJ nº 348 da SDI-1 do TST).

Nego provimento ao recurso patronal.

Dou provimento ao recurso obreiro.

CONCLUSÃO

ID. 6c2092f - Pág. 13

Conheço, em parte, do recurso interposto pela Reclamada e integralmente do recurso interposto pela Reclamante, rejeito a preliminar arguida e, no mérito, dou parcial provimento a ambos os apelos, nos termos da fundamentação expendida.

Por permanecer adequado, mantenho o valor arbitrado à condenação.

É o meu voto.

Assinado eletronicamente por: ELVECIO MOURA DOS SANTOS - 17/12/2025 10:23:45 - 6c2092f
<https://pje.trt18.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25112510534217100000031909740>
Número do processo: 0000697-88.2025.5.18.0011
Número do documento: 25112510534217100000031909740



ACÓRDÃO

ISTO POSTO, acordam os membros da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, em sessão ordinária virtual hoje realizada, por unanimidade, conhecer parcialmente do recurso da Reclamada e integralmente do recurso do Reclamante, rejeitar a preliminar arguida e, no mérito, dar-lhes parcial provimento, nos termos do voto do Relator, sendo o patronal por maioria. Votou vencida, em parte, a Desembargadora Wanda Lúcia Ramos da Silva que reformava a sentença tão somente para excluir a condenação ao pagamento do intervalo intrajornada suprimido no período de 30/04/2020 a 05/11/2022 e que juntará voto parcialmente vencido, neste particular.

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores WANDA LÚCIA RAMOS DA SILVA (Presidente), ELVECIO MOURA DOS SANTOS e MARCELO NOGUEIRA PEDRA. Presente na assentada de julgamento o d. representante do Ministério Público do Trabalho. Sessão de julgamento secretariada pela Diretora da Coordenadoria de Apoio à Terceira Turma, Maria Valdete Machado Teles.

Goiânia, 05 de dezembro de 2025.

ID. 6c2092f - Pág. 14

ELVECIO MOURA DOS SANTOS
Relator

Assinado eletronicamente por: ELVECIO MOURA DOS SANTOS - 17/12/2025 10:23:45 - 6c2092f
<https://pje.trt18.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25112510534217100000031909740>
Número do processo: 0000697-88.2025.5.18.0011
Número do documento: 25112510534217100000031909740



DO INTERVALO INTRAJORNADA (MATÉRIA COMUM A AMBOS OS RECURSOS)

Data venia, divirjo parcialmente do voto condutor, apenas quanto à condenação da ré ao pagamento do intervalo intrajornada suprimido no período laborado em home office.

Embora não se olvide, em razão do conjunto probatório destes autos e de outros precedentes já examinados em face da mesma reclamada, que, no período contratual coincidente com a pandemia, os trabalhadores que laboraram em home office também estavam obrigados a realizar o login e logout no sistema, em evidente e efetivo controle de jornada, entendo que tal controle não se aplica ao período intervalar.

Isso porque, tratando-se de labor prestado em regime e home office, deve-se presumir a fruição regular do intervalo intrajornada, uma vez que a rotina laboral desenvolvia-se longe dos olhos do empregador, facultando-se ao empregado usufruir do intervalo como melhor lhe aprouvesse, de modo que competia à parte autora o ônus afastar a referida presunção.

Ocorre que, no caso, a prova oral produzida pela reclamante revelou-se inespecífica, uma vez que a testemunha por ela conduzida não exercia a mesma função da autora, nem trabalhava no mesmo setor, sendo que o seu contato com a obreira ocorria apenas quando precisava resolver algum assunto de TI. Nesse cenário, entendo que as declarações da aludida testemunha não são suficientes para corroborar a tese inicial quanto ao intervalo intrajornada.

Por tais razões, reformo parcialmente a r. sentença tão somente para excluir a condenação ao pagamento do intervalo intrajornada suprimido no período de 30/04/2020 a 05/11/2022.

Nesse sentido, cito como precedente desta Eg. 3ª Turma o ROT-000023391.2025.5.18.0002, de relatoria do Exmo. Desembargador Marcelo Nogueira Pedra, julgado em 26/09/2025, em que prevaleceu a divergência por mim apresentada.



Ressalto, por oportuno, que, no precedente citado no corpo do voto (ROT0011931-19.2024.5.18.0006), somente o reclamante recorreu quanto à matéria, apenas para ampliar o tempo de intervalo intrajornada que já havia sido deferido na origem, de forma que, naquela ocasião, não era possível a exclusão de tal condenação, sob pena de reforma para pior.

No mais, acompanho o Relator.

Dou provimento ao recurso.

CONCLUSÃO: Conheço dos recursos interpostos pela reclamada e pela reclamante, rejeito a preliminar arguida e, no mérito, dou parcial provimento a ambos os apelos (mais amplo ao patronal).

WANDA LUCIA RAMOS DA SILVA

Desembargadora do Trabalho



Assinado eletronicamente por: ELVECIO MOURA DOS SANTOS - 17/12/2025 10:23:45 - 6c2092f
<https://pje.trt18.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25112510534217100000031909740>
Número do processo: 0000697-88.2025.5.18.0011
Número do documento: 25112510534217100000031909740

